

(Ernesto Português. *São Salvador de Cambeses. Memória e identidade de um povo*. Monção 2002. pp. 173-180).

CASA DE SENDE

A Casa de Sende foi, a partir do século XVII, palco de nobres acontecimentos onde a fidalguia da época se encontrava por ocasião dos actos festivos dos baptizados e casamentos.

Aí viveu uma fidalguia que se afirmou pelo poder político e militar, sobretudo na segunda metade do séc. XVIII, desde Manuel Salgado de Azevedo, passando por João Pereira Caldas, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, João Pereira Caldas e Gonçalo Pereira Caldas, o último grande senhor desta plêiade de homens de nobre envergadura que veio a desempenhar papel importante no tempo das Invasões Francesas.

A família continuou ligada por laços de sangue às nobres famílias dos Sotto Maior de Viana.

A atracção do Brasil foi uma constante. Os últimos atraídos, já no séc. XX, foram os irmãos José e Alberto, tios de um dos actuais descendentes, o José João que, actualmente, vive numa parte da velha casa senhorial.

Manuel Salgado de Azevedo, da Casa de Sende, em 1668, fazia parte da Câmara de Monção e faleceu em 1 de Janeiro de 1751.

João Pereira de Caldas, irmão do Doutor Governador da Vila de Monção, casou com Dona Mariana Catarina Lanções Azevedo, filha de Manuel Salgado de Azevedo. Foi governador da vila de Caminha (1687) e Coronel e Governador na Moucha, nos Estados do Pará, no Brasil. Há notícia de que em 1706 já havia morrido.

Deste casal nasceram vários filhos, entre os quais: António; Francisco, em 1684; Maria ou Mariana, em 1686; Gonçalo, em 1688; Conceição, em 1689; Manuel, em 1694; João Ventura, em 1698 e Luís em 1700.

Quatro deste filhos - António, Gonçalo, João Ventura e Manuel - requereram Ordens Menores. Destes, porém, só o João Ventura haveria de ser padre, tendo falecido com 31 anos, na Casa de Sende, sendo sepultado na Capela dos Milagres.

Francisco teve como padrinhos Francisco da Cunha da Silva, Governador da Vila de Monção e Dona Ana Ventura de Castro, religiosa do Convento de S. Bento de Monção.

Dona Conceição teve como padrinhos o Morgado do Sopegal Mateus Pereira de Castro e Dona Maria Josefa, filha do Governador da Vila de Monção.

Manuel teve como madrinha Isabel de Santiago, religiosa do Convento de São Francisco, de Monção.

Gonçalo Pereira Lobato e Sousa casou, em 1724, com Dona Joana Maria Pereira de Castro, da Vila de Viana (esta faleceu em 28/07/1768 e foi sepultada na Matriz de Monção). Gonçalo Lobato e Sousa foi Brigadeiro e Governador do Maranhão. Foi, também, juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento, do Santuário de Nossa Senhora dos Milagres, no ano de 1738.

Deste casamento nasceram João Manuel, baptizado nos Milagres; Mariana Josefa; José (afilhado de Afonso Pereira de Castro e Dona Maria de Lanções, viúva, de Sende) e Gonçalo (Pereira Caldas).

João Pereira Caldas, era filho de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e irmão de Gonçalo Pereira Caldas. Foi senhor da Casa de Sende, pertenceu ao Conselho de Sua Majestade e faleceu na cidade de Lisboa¹, possivelmente no ano de 1794.

O Tombo de 1785 refere-o como dono da Quinta de Cerdeiras, Governador do Pará e Senhor da Casa de Sizende.

Gonçalo Pereira Caldas, filho de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e de Dona Joana Maria Pereira de Castro, nasceu em 1738 e casou, em 1 de Dezembro de 1779, na Capela de Sende, na presença do Encomendado Francisco Lourenço, com Dona Inácia Antónia Micaela de Castro Bacelar e Vasconcelos, de Valença. Esta era filha de Francisco Pereira de Castro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Dona Rosa Luísa de Lanções Melo e neta de Gabriel Pereira de Castro, Juiz dos Órfãos da Vila e termo de Valença e capitão de Ordenanças, e de Dona Maria Xavier de Castro e Vasconcelos, de Valença.

O pároco declara que o contraente é professo na Ordem de Cristo e, à data, Coronel de Infantaria na Praça de Valença. Entre as testemunhas encontrava-se o Rev. João Pinto Barbosa, natural de Cerveira, capelão da Casa e Quinta de Sende.

Gonçalo Pereira Caldas, do Conselho de Sua Majestade, foi Tenente General dos Reais Exércitos e, a partir de 1803, foi Governador das Armas da Província do Minho. De 1803 a 1807 foi, além disso, presidente da Irmandade de Nossa Senhora dos Milagres.

Este homem foi um grande chefe militar e um político atento, tendo ocupando um cargo importantíssimo, ao tempo da 1.^a invasão francesa, e aí desenvolveu, entre 1807 e 1808, um relevante papel nas estratégias de defesa da fronteira norte do país.

Não podemos deixar de apresentar uma brevíssima síntese dos factos e o seu envolvimento nesta causa nacional.

¹ A transcrição do assento de óbito é de 1/10/1794 mas não refere a data do falecimento.

O não acatamento de Portugal ao decreto de Napoleão que ordenara o encerramento dos portos portugueses à Inglaterra² determinou, como sabemos, a invasão do Reino pelos exércitos franceses.

A contagem decrescente para a ocupação do Reino começou a 11 de Outubro, quando foi dada ordem a Junot para invadir Portugal. Num curtíssimo espaço de tempo tenta organizar-se o exército, criar dispositivos de defesa das linhas de fronteira e colher informações acerca da progressão das tropas francesas em terras de Espanha. É nesta ocasião que entra em cena o nosso ilustre conterrâneo Tenente General Gonçalo Pereira Caldas, da Casa de Sende.

Os dias que medeiam entre essas datas são um corropio constante de movimentações no terreno e de informações trocadas entre o Quartel General de Viana do Castelo e o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, António de Araújo Azevedo. São ordens emanadas do governo central, conselhos solicitados para uma correcta actuação e articulação das tropas no Minho, dados recolhidos em Espanha sobre a movimentação de tropas, informações precisas sobre a incapacidade de defesa de algumas praças da linha de fronteira como, por exemplo, Monção.

A ameaça de ocupação era cada vez maior e a angústia perante a impotência de travar um poderoso exército, que poderia entrar pelo norte, aumentava de dia para dia. A situação precária dos regimentos da linha de fronteira e o mau estado do armamento das milícias era um facto. Desta cena de guerra iminente nos dá conta um conjunto significativo de correspondência oficial trocada entre o Governador Gonçalo Pereira Caldas e o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, António de Araújo Azevedo. Esta documentação encontra-se, hoje, no Arquivo Distrital de Braga, em fase de catalogação.³

Como sabemos, o exército napoleónico, comandado por Junot, entrou em Portugal em 17 de Novembro de 1807 e levou à fuga precipitada da Corte para o Rio de Janeiro, em 29 desse mês, e Junot entra em Lisboa acompanhado por uma escolta da Guarda real da Polícia.

O país passa a ser governado por um Conselho de Regência que, pouco tempo depois, Junot dissolveu formando um governo composto por portugueses e franceses da sua confiança.

A opressão do invasor fazia-se sentir, essencialmente, na incorporação de homens no exército imperial francês e na sobrecarga de impostos cobrados. O mal estar agrava-se de dia para dia. E a sistemática oposição popular contra Junot e o domínio francês gera um movimento que vai provocar uma vaga de insurreições.

O movimento restaurador do legítimo governo, criado em Junho de 1808, contou também com o empenhamento das câmaras que nele desempenharam um papel relevante. Neste contexto

² Portugal determinou o encerramento dos portos mas autorizou a residência aos ingleses.

³ ADB, *Fundo Barca-Oliveira*, Caixa 14. São dez ofícios datados entre 19 de Outubro e 16 de Novembro de 1807.

se enquadram uma série de ofícios de e para Gonçalo Pereira Caldas, num período relativamente curto que vai de 19 de Junho a 29 de Agosto de 1808.⁴

Este movimento conseguiu a vitória, após as confrontações da Roliça e Vimeiro, onde as tropas anglo-lusas forçaram os franceses, comandados por Junot, a assinar a rendição que punha fim à primeira invasão. Efectivamente, em 30 de Agosto foi assinada a *Convenção de Sintra* entre a Inglaterra e a França, mas sem o aval das autoridades portuguesas.

O movimento revolucionário começou em princípios de Junho de 1808, no norte do país. Em 19 de Junho, um dia depois do Porto, é a vez de a Câmara de Viana, na presença da Nobreza e do Povo, em reunião presidida pelo Corregedor Interino, proclamar a restauração da ordem nacional e prestar juramento de fidelidade ao Príncipe Regente D. João que, com a sua Corte se encontrava no Brasil. É neste momento que Pereira Caldas desempenha um papel relevante quando, na qualidade de Governador das Armas da Província, se revela um incondicional da nova ordem e assume a presidência da Câmara de Viana.

Na sequência dessa reunião, o General Governador das Armas da Província envia o seu Ajudante d'Ordens,⁵ no dia 20 de Junho, com um ofício para a Câmara de Braga comunicando o restabelecimento do governo do Príncipe Regente, e um outro para o Arcebispo Primaz⁶ pedindo a sua colaboração junto dos párocos para que persuadam o povo a aderir a esta causa nacional de libertação do domínio estrangeiro e de restauração do legítimo poder.

Dias depois, o General Gonçalo Pereira Caldas assume a presidência da Junta de Governo da Província.

O reconhecimento do seu trabalho está bem patente numa carta datada de 22 de Junho, desse ano, da Junta Provisional do Governo Supremo assinada pelo “Bispo Presidente Governador” e dirigida ao Tenente General Gonçalo Pereira Caldas que diz o seguinte:

“Illm.º e Exm.º Snr.

Em nome de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor. Agradeço a V. Ex.ª a efficacia com que já se presta á deffeza de hum Reino tão extraordinariamente evadido e occupado pello Inimigo que vamos a combater, e fundados na conhecida Justiça da Guerra, contando no Valor dos Fieis Portuguezes Vassallos daquelle Snr., espero conseguir hua completa victoria, que o Ceo ha-de prosperar, tendo os prompts

⁴ Henrique José Martins de Matos, in “O Minho e as Invasões Francesas”, pp. 363-537, dá-nos conta desses ofícios existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Braga (*Livro de Cartas Particulares e Várias Memórias* e *Livro de Cartas dos Senhores Reis, Arcebispos e Outras Autoridades, 1723-1810*) e no Arquivo da Câmara Municipal de Viana do Castelo (*Registo Geral das Ordens dirigidas à Junta desta Vila*).

⁵ Pedro da Cunha Sotto Maior.

⁶ D. José da Costa Torres.

socorros, que V. Ex.^a presta, e quanto cabe na angustia do tempo; socorro que anciosamente espero, segundo a Carta de V. Ex.^a de 20 do corrente, e pelo que fico por extremo agradecido.

Deos Guarde a V. Ex.^a

*Porto 22 de Junho de 1808”.*⁷

Desconhecemos a data do seu falecimento mas à data do segundo casamento de sua filha Francisca Inácia, em 30 de Dezembro de 1809, já ele era falecido, como consta do registo de casamento.

Estes são, pois, alguns dos traços mais marcantes deste ilustre filho de Cambeses, um militar distinto que, sem dúvida, é uma das figuras mais representativas da Casa de Sende. São dele, muito provavelmente, a farda e a espada do “General” que, durante longos anos, se conservaram na Casa de Sende e que, há uns anos atrás, foram confiados à guarda dos familiares da Casa de São Pedro.⁸

José e Alberto da Cunha Sotomaior rumaram até ao Brasil onde se dedicaram à indústria e ao comércio e aí vieram a falecer. A mais nova das filhas, Dona Maria da Conceição, passou a maior parte da sua vida, também no Brasil, com seu marido. Na Casa de família ficaram a viver as três irmãs mais velhas, solteiras e sem descendência, tendo gozado da companhia de seu sobrinho José João, filho de João da Cunha Sotto-Maior.

*

Relacionado com a Casa de Sende registamos, ainda, os seguintes factos:

Em 2 de Fevereiro de 1756 realizou-se, em Sende, o casamento de Francisco Pitta Malheiro, filho de [...] Marinho Pereira Pita e de sua mulher Dona Márcia Luisa de Lacerda, naturais da Vila de Ponte de Lima, e de Dona Francisca Josefa Catarina de Araújo e Brito, natural de S. Paio de Arcos, e residentes na Casa do Mestre de Campo Gonçalo Pereira Lobato e Sousa. Testemunhou o acto o Rev. P. Mestre frei Manuel Salgado.

Em 5 de Março de 1880 foi sepultada na Capela dos Milagres Dona Maria Xavier Pereira da Cunha, de 66 anos de idade, solteira, da Quinta de Sende, irmã de Dona Efigénia Benedita.

Em 11 de Novembro de 1882, com mais de 70 anos de idade, faleceu o P. José Roberto Pereira, natural de Formariz, Paredes de Coura, e morador em Sende. Foi sepultado na Capela dos Milagres.

⁷ ACMVC, *Registo Geral das Ordens derigidas à Junta desta Vila*, fl. 5. Citado por Matos, 2000: 492.

⁸ Esta foi a informação que o Senhor José João Sotomaior, da Quinta de Sende, nos forneceu. Lá em casa era conhecida como a “farda do General”.

As cinco páginas precedentes servem, apenas, para contextualizar as duas personagens relevantes para o caso.

De relevar:

1. João Pereira de Caldas - governador da vila de Caminha (1687) e Coronel e Governador na Moucha, nos Estados do Pará, no Brasil, em finais do século XVII.

2. Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, filho do anterior - Brigadeiro e Governador do Maranhão, possivelmente no segundo quartel do século XVIII.

*

1. João Pereira de Caldas, irmão do Doutor Governador da Vila de Monção, casou com Dona Mariana Catarina Lanções Azevedo, filha de Manuel Salgado de Azevedo. **Foi governador da vila de Caminha (1687) e Coronel e Governador na Moucha, nos Estados do Pará, no Brasil.** Há notícia de que em 1706 já havia morrido.

Descendentes: António; Francisco, em 1684; Maria ou Mariana, em 1686; **Gonçalo**, em 1688; Conceição, em 1689; Manuel, em 1694; João Ventura, em 1698 e Luís em 1700.

Quatro deste filhos - António, Gonçalo, João Ventura e Manuel - requereram Ordens Menores. Destes, porém, só o João Ventura haveria de ser padre, tendo falecido com 31 anos, na Casa de Sende, sendo sepultado na Capela dos Milagres.

Francisco teve como padrinhos Francisco da Cunha da Silva, Governador da Vila de Monção e Dona Ana Ventura de Castro, religiosa do Convento de S. Bento de Monção.

Dona Conceição teve como padrinhos o Morgado do Sopegal Mateus Pereira de Castro e Dona Maria Josefa, filha do Governador da Vila de Monção.

Manuel teve como madrinha Isabel de Santiago, religiosa do Convento de São Francisco, de Monção.

2. Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (filho do anterior) casou, em 1724, com Dona Joana Maria Pereira de Castro, da Vila de Viana (esta faleceu em 28/07/1768 e foi sepultada na Matriz de Monção). **Gonçalo Lobato e Sousa foi Brigadeiro e Governador do Maranhão.** Foi, também, juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento, do Santuário de Nossa Senhora dos Milagres, no ano de 1738.

2.1 – Descendentes ilustres de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa:

- **João Pereira Caldas**, era filho de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e irmão de Gonçalo Pereira Caldas. Foi senhor da Casa de Sende, pertenceu ao Conselho de Sua Majestade e faleceu na cidade de Lisboa⁹, possivelmente no ano de 1794.

O Tombo de 1785 refere-o como dono da Quinta de Cerdeiras, Governador do Pará e Senhor da Casa de Sizende.

- **Gonçalo Pereira Caldas**, filho de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa e de Dona Joana Maria Pereira de Castro, nasceu em 1738 e casou, em 1 de Dezembro de 1779, na Capela de Sende, na presença do Encomendado Francisco Lourenço, com Dona Inácia Antónia Micaela de Castro Bacelar e Vasconcelos, de Valença. Esta era filha de Francisco Pereira de Castro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Dona Rosa Luísa de Lanções Melo e neta de Gabriel Pereira de Castro, Juiz dos Órfãos da Vila e termo de Valença e capitão de Ordenanças, e de Dona Maria Xavier de Castro e Vasconcelos, de Valença.

O pároco declara que o contraente é professo na Ordem de Cristo e, à data, Coronel de Infantaria na Praça de Valença. Entre as testemunhas encontrava-se o Rev. João Pinto Barbosa, natural de Cerveira, capelão da Casa e Quinta de Sende.

Gonçalo Pereira Caldas, do Conselho de Sua Majestade, foi Tenente General dos Reais Exércitos e, a partir de 1803, foi Governador das Armas da Província do Minho. De 1803 a 1807 foi, além disso, presidente da Irmandade de Nossa Senhora dos Milagres.

Este homem foi um grande chefe militar e um político atento, tendo ocupando um cargo importantíssimo, ao tempo da 1.^a invasão francesa, e aí desenvolveu, entre 1807 e 1808, um relevante papel nas estratégias de defesa da fronteira norte do país.

Não podemos deixar de apresentar uma brevíssima síntese dos factos e o seu envolvimento nesta causa nacional.

O não acatamento de Portugal ao decreto de Napoleão que ordenara o encerramento dos portos portugueses à Inglaterra¹⁰ determinou, como sabemos, a invasão do Reino pelos exércitos franceses.

A contagem decrescente para a ocupação do Reino começou a 11 de Outubro, quando foi dada ordem a Junot para invadir Portugal. Num curtíssimo espaço de tempo tenta organizar-se o exército, criar dispositivos de defesa das linhas de fronteira e colher

⁹ A transcrição do assento de óbito é de 1/10/1794 mas não refere a data do falecimento.

¹⁰ Portugal determinou o encerramento dos portos mas autorizou a residência aos ingleses.

informações acerca da progressão das tropas francesas em terras de Espanha. É nesta ocasião que entra em cena o nosso ilustre conterrâneo Tenente General Gonçalo Pereira Caldas, da Casa de Sende.

Os dias que medeiam entre essas datas são um corropio constante de movimentações no terreno e de informações trocadas entre o Quartel General de Viana do Castelo e o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, António de Araújo Azevedo. São ordens emanadas do governo central, conselhos solicitados para uma correcta actuação e articulação das tropas no Minho, dados recolhidos em Espanha sobre a movimentação de tropas, informações precisas sobre a incapacidade de defesa de algumas praças da linha de fronteira como, por exemplo, Monção.

A ameaça de ocupação era cada vez maior e a angústia perante a impotência de travar um poderoso exército, que poderia entrar pelo norte, aumentava de dia para dia. A situação precária dos regimentos da linha de fronteira e o mau estado do armamento das milícias era um facto. Desta cena de guerra iminente nos dá conta um conjunto significativo de correspondência oficial trocada entre o Governador Gonçalo Pereira Caldas e o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, António de Araújo Azevedo. Esta documentação encontra-se, hoje, no Arquivo Distrital de Braga, em fase de catalogação.¹¹

Como sabemos, o exército napoleónico, comandado por Junot, entrou em Portugal em 17 de Novembro de 1807 e levou à fuga precipitada da Corte para o Rio de Janeiro, em 29 desse mês, e Junot entra em Lisboa acompanhado por uma escolta da Guarda real da Polícia.

O país passa a ser governado por um Conselho de Regência que, pouco tempo depois, Junot dissolveu formando um governo composto por portugueses e franceses da sua confiança.

A opressão do invasor fazia-se sentir, essencialmente, na incorporação de homens no exército imperial francês e na sobrecarga de impostos cobrados. O mal estar agrava-se de dia para dia. E a sistemática oposição popular contra Junot e o domínio francês gera um movimento que vai provocar uma vaga de insurreições.

O movimento restaurador do legítimo governo, criado em Junho de 1808, contou também com o empenhamento das câmaras que nele desempenharam um papel relevante. Neste contexto se enquadram uma série de ofícios de e para Gonçalo Pereira Caldas, num período relativamente curto que vai de 19 de Junho a 29 de Agosto de 1808.¹²

¹¹ ADB, *Fundo Barca-Oliveira*, Caixa 14. São dez ofícios datados entre 19 de Outubro e 16 de Novembro de 1807.

¹² Henrique José Martins de Matos, in “O Minho e as Invasões Francesas”, pp. 363-537, dá-nos conta desses ofícios existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Braga (*Livro de Cartas Particulares e Várias Memórias* e *Livro de*

Este movimento conseguiu a vitória, após as confrontações da Roliça e Vimeiro, onde as tropas anglo-lusas forçaram os franceses, comandados por Junot, a assinar a rendição que punha fim à primeira invasão. Efectivamente, em 30 de Agosto foi assinada a *Convenção de Sintra* entre a Inglaterra e a França, mas sem o aval das autoridades portuguesas.

O movimento revolucionário começou em princípios de Junho de 1808, no norte do país. Em 19 de Junho, um dia depois do Porto, é a vez de a Câmara de Viana, na presença da Nobreza e do Povo, em reunião presidida pelo Corregedor Interino, proclamar a restauração da ordem nacional e prestar juramento de fidelidade ao Príncipe Regente D. João que, com a sua Corte se encontrava no Brasil. É neste momento que Pereira Caldas desempenha um papel relevante quando, na qualidade de Governador das Armas da Província, se revela um incondicional da nova ordem e assume a presidência da Câmara de Viana.

Na sequência dessa reunião, o General Governador das Armas da Província envia o seu Ajudante d'Ordens,¹³ no dia 20 de Junho, com um ofício para a Câmara de Braga comunicando o restabelecimento do governo do Príncipe Regente, e um outro para o Arcebispo Primaz¹⁴ pedindo a sua colaboração junto dos párocos para que persuadam o povo a aderir a esta causa nacional de libertação do domínio estrangeiro e de restauração do legítimo poder.

Dias depois, o General Gonçalo Pereira Caldas assume a presidência da Junta de Governo da Província

O reconhecimento do seu trabalho está bem patente numa carta datada de 22 de Junho, desse ano, da Junta Provisional do Governo Supremo assinada pelo “Bispo Presidente Governador” e dirigida ao Tenente General Gonçalo Pereira Caldas que diz o seguinte:

“Illm.º e Exm.º Snr.

Em nome de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor. Agradeço a V. Ex.ª a efficacia com que já se presta á deffeza de hum Reino tão extraordinariamente evadido e occupado pello Inimigo que vamos a combater, e fundados na conhecida Justiça da Guerra, contando no Valor dos Fieis Portuguezes Vassallos daquelle Snr., espero conseguir hua completa victoria, que o Ceo ha-de prosperar, tendo os prompts socorros, que V. Ex.ª presta, e quanto cabe na angustia do tempo; socorro que

Cartas dos Senhores Reis, Arcebispos e Outras Autoridades, 1723-1810) e no Arquivo da Câmara Municipal de Viana do Castelo (*Registo Geral das Ordens derigidas à Junta desta Vila*).

¹³ Pedro da Cunha Sotto Maior.

¹⁴ D. José da Costa Torres.

anciosamente espero, segundo a Carta de V. Ex.^a de 20 do corrente, e pelo que fico por extremo agradecido.

Deos Guarde a V. Ex.^a

*Porto 22 de Junho de 1808”.*¹⁵

Desconhecemos a data do seu falecimento mas à data do segundo casamento de sua filha Francisca Inácia, em 30 de Dezembro de 1809, já ele era falecido, como consta do registo de casamento.

Estes são, pois, alguns dos traços mais marcantes deste ilustre filho de Cambeses, um militar distinto que, sem dúvida, é uma das figuras mais representativas da Casa de Sende. São dele, muito provavelmente, a farda e a espada do “General” que, durante longos anos, se conservaram na Casa de Sende e que, há uns anos atrás, foram confiados à guarda dos familiares da Casa de São Pedro.¹⁶

José e Alberto da Cunha Sotomaior rumaram até ao Brasil onde se dedicaram à indústria e ao comércio e aí vieram a falecer. A mais nova das filhas, Dona Maria da Conceição, passou a maior parte da sua vida, também no Brasil, com seu marido. Na Casa de família ficaram a viver as três irmãs mais velhas, solteiras e sem descendência, tendo gozado da companhia de seu sobrinho José João, filho de João da Cunha Sotto-Maior.

¹⁵ ACMVC, *Registo Geral das Ordens dirigidas à Junta desta Vila*, fl. 5. Citado por Matos, 2000: 492.

¹⁶ Esta foi a informação que o Senhor José João Sotomaior, da Quinta de Sende, nos forneceu. Lá em casa era conhecida como a “farda do General”.